

<b>Apresentação .....</b>	<b>ix</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>xi</b>

## DOCTRINA

<b>Autonomia das Procuradorias dos Estados .....</b>	<b>3</b>
<i>José Augusto Delgado</i>	

1. Introdução.....	3
2. A Atuação Relevante das Procuradorias dos Estados Acena para a sua Autonomia. Apoios à essa Pretensão.....	5
3. Autonomia e Responsabilidades. Código de Ética.....	17
4. Conclusões.....	18

<b>Tempos de Mundialização – Pluralismo e Novos Paradigmas do Direito Público.....</b>	<b>21</b>
<i>Diogo de Figueiredo Moreira Neto</i>	

1. Globalização e Mundialização.....	21
2. Pluralismo e Pluralidade de Atores e de Soluções.....	22
3. A Ordem Soberana e as Sociedades Fechadas .....	24
4. A Ordem Soberana e as Sociedades Abertas.....	25
5. Governo e Governança: Repensando a Política .....	26
6. A Consensualidade: Repensando o Direito .....	27
7. À Guisa de Conclusão: Novos Deveres do Profissional do Direito ante os Novos Paradigmas.....	28

<b>"Autorização e Permissão: a Necessidade de Unificação dos Institutos" .....</b>	<b>31</b>
<i>José dos Santos Carvalho Filho</i>	

1. A Lógica e a Precisão na Interpretação e Aplicação das Normas .	31
2. Atos de Consentimento Estatal .....	32
3. Posições Doutrinárias .....	33
4. Doutrina Estrangeira .....	35
5. Sinonímia Vocabular .....	36
6. Metodologia: Categorias Conforme os Dois Objetivos dos Atos...	37
7. Atos de Consentimento para a Execução de Atividade.....	37
8. Impropriedade no Uso dos Institutos .....	39

9. Institutos de Consentimento para o Uso de Bens Públicos.....	41
10. Impropriedade de Exemplos.....	42
11. Crítica à Linha Distintiva entre os Institutos .....	42
12. Críticas a Outras Distinções .....	44
13. Posições Não-Distintivas.....	45
14. Conveniência da Unificação .....	46
15. Conclusão .....	48

## **A Similaridade Remuneratória entre as Carreiras Jurídicas – uma Imposição Constitucional .....**

*Gustavo Calmon Holiday*

1. Introdução.....	49
2. Das Normas Constitucionais de Observância Obrigatória pelos Estados-Membros .....	50
3. A Remuneração por Subsídios .....	52
4. Carreiras Remuneradas por Subsídios e os Critérios Constitucionais (Implícitos e Explícitos) para Fixação dos Padrões de Ven- cimento.....	55
5. Subsídios e os Limites Remuneratórios (Teto e Subteto).....	58
6. A Similaridade Remuneratória entre as Carreiras Jurídicas Espe- cificadas na Constituição e a Situação dos Procuradores – Arti- go 37, XI, da CF.....	59
7. Conclusões.....	65
Referências Bibliográficas.....	66

## **Constituição Federal: o Estado Federativo e a Defesa Institucional da Dignidade da Pessoa Humana e dos Direitos Humanos Fundamentais .....**

*Carlos Dorsh*

1. A Constituição da República Federativa do Brasil .....	69
1.1. A Dignidade da Pessoa Humana .....	72
1.2. Os Direitos Fundamentais.....	74
2. Os Estados e os Municípios como Instituições Responsáveis pela Efetivação dos Direitos Fundamentais.....	76
2.1. Os Estados Federados.....	76
2.2. Os Municípios .....	78
3. Maior Contribuição dos Estados Federados na Violação dos Di- reitos Fundamentais .....	81
3.1. O Confronto entre Estados Federados e Violação dos Direitos Fundamentais.....	81
3.2. A Defesa, pelo Estado Federado, dos Direitos Fundamentais do Homem e da Dignidade da Pessoa Humana .....	89

3.3. A Quem Compete Defender, pelo Estado Federado, os Direitos Humanos Fundamentais e a Dignidade da Pessoa Humana.....	90
4. Conclusão .....	94
Referências Bibliográficas.....	95
<b>Precatórios: Características e Controvérsias.....</b>	<b>97</b>
<i>Henrique Rocha Fraga</i>	
1. Introdução.....	97
2. Contexto Histórico .....	97
3. Conceito de Precatório .....	99
4. Procedimento.....	100
5. Limites Temporais para Recebimento e Pagamento dos Precatórios.....	103
6. Dotações Orçamentárias para Pagamento de Precatórios .....	103
7. Ordem Cronológica de Apresentação dos Precatórios .....	105
8. Descumprimento e Seqüestro de Quantia para Satisfação de Precatórios.....	105
9. Créditos de Natureza Alimentícia.....	109
10. Pagamento de Obrigações de Pequeno Valor.....	110
11. Parcelamento de Precatórios .....	111
12. A Cessão de Precatórios e a Compensação de Tributos .....	114
13. Correção Monetária, Juros de Mora e Fracionamento de Precatórios.....	118
14. Responsabilidade do Presidente do Tribunal Competente para o Pagamento de Precatório .....	120
15. Honorários Advocatícios nas Execuções não Embargadas e o Regime de Precatórios .....	120
16. Fixação de Condições ou Restrições Legais para o Levantamento de Precatórios .....	122
17. Conclusões.....	123
Referências Bibliográficas.....	124
<b>Comentários às Leis nºs 11.276 e 11.277, Ambas de 7 de fevereiro de 2006 (Publicadas no D.O.U. de 08/02/2006) – Aspectos Recursais no que Tange à Admissibilidade do Recurso de Apelação – a Súmula Impeditiva .....</b>	<b>125</b>
<i>Roger Façal Ronconi</i>	
1. Disposições Gerais .....	125
2. Críticas e Elogios ao Novo Instituto .....	126
3. Da Extensão da Regra ao Recurso Ordinário Constitucional em Mandado de Segurança .....	128



4.	A Regra do Art. 518, § 1º, do Código de Processo Civil e a Súmula Vinculante.....	130
5.	O Momento da Aplicação da Regra. O Agravo de Instrumento ..	130
6.	A Conjugação da Aplicação das Leis nºs 11.276 e 11.277 pelo Magistrado a quo .....	132
7.	Regras Semelhantes no Direito Processual Pátrio .....	136
8.	Da Impossibilidade de Aplicação ao Recorrente da Pena de Litigância de Má-Fé – Art. 17, Inciso VII, do Código de Processo Civil.....	137
9.	Conclusão .....	138

## **Sobre a Configuração de Litispendência entre Ações Coletivas de Idênticos Fundamentos Ajuizadas em Esferas Distintas de Competência .....**

*Lívio Oliveira Ramalho*

1.	Intróito.....	139
2.	Litispendência entre Demandas de Índole Coletiva: Análise dos Elementos que Identificam as Ações e a sua Repercussão no Reconhecimento do Fenômeno .....	141
2.1.	Identidade de Partes .....	142
2.2.	Identidade de Causas de Pedir .....	145
2.3.	Coincidência entre Pedidos .....	152
2.4.	Coincidência entre Elementos Identificadores das Ações de Feição Coletiva. Duplicidade de Litispendências. Consequência .....	157
3.	Conclusão .....	161
	Referências Bibliográficas.....	162

## **Desclassificação de Todas as Propostas na Licitação. Interpretação do Artigo 48, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 .....**

*Flávio de Araújo Willeman*

1.	Introdução.....	165
2.	O Procedimento Licitatório e a Interpretação do Artigo 48, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.....	167
3.	Conclusões.....	179
	Referências Bibliográficas.....	180

## **Repercussão Geral: um Passo a Mais na Difícil Trilha de Construção da Vinculatividade das Decisões Judiciais.....**

*Vanice Lirio do Valle*

1.	Origem da Repercussão Geral como Pauta de Prioridade da Reforma do Judiciário: os Trabalhos Legislativos da EC nº 45.....	183
----	---	-----

2.	Repercussão Geral Qualitativa e Quantitativa: Saudável Instrumento de Diálogo entre as Instâncias Jurisdicionais.....	187
3.	Apontamento Inicial da Repercussão Geral para Autorizar o Cabimento Recursal – Análise pelo Tribunal <i>a quo</i> .....	193
4.	Seqüência da Análise da Existência da Repercussão Geral – a Apreciação pelo STF.....	196
5.	A Vinculatividade Insinuada – ou sobre como o Legislador Oblíquo é também Responsável pela Sobrecarga do Judiciário .....	199
5.1.	Decisão sobre Repercussão Geral e seus Efeitos, em Verdade, erga omnes.....	199
5.2.	Decisão do Tema Principal do Recurso Extraordinário e a Vinculatividade Insinuada, em Afronta à Constituição.....	202
6.	Imperativos de Adaptação a uma Nova Matriz de Raciocínio decorrente da Subordinação das Decisões Judiciais.....	206
	Referência Bibliográfica .....	209

## **Repercussão Geral no Recurso Extraordinário .....** 211

*Bruno Mattos e Silva*

1.	Introdução. Repercussão Geral, Relevância e Transcendência.....	211
2.	Motivos Políticos, Constitucionalidade e Objetivos da Exigência de Repercussão Geral no Recurso Extraordinário.....	216
3.	Natureza Jurídica da Exigência de Repercussão Geral e de sua Demonstração em Preliminar de Recurso Extraordinário.....	219
4.	A Necessidade e o Procedimento de Aferição da Existência de Repercussão Geral para Apreciação do Recurso Extraordinário...	220

## **Atos Normativos**

Ato da Presidência nº 003/2007 .....	229
Ato da Presidência nº 004/2007 .....	233